

EDITORIAL

UM ANO PARA A MISERICÓRDIA

A 8 de dezembro de 2015, o Papa Francisco abriu a Porta Santa para dar início a um novo Ano Santo – o Ano Jubilar da Misericórdia. Proclamou:

“Este é o tempo da Misericórdia!”

Abriu uma porta em gesto largo, como quem envia ao céu as pombas da Paz, como quem A sagra apóstola maior da Caridade.

Lá fora, o mar está encapelado e os ares envenenados – a morte campeia no sinistro triunfo de um Mal que pegou fogo.

Mas o Tempo eterno que veste a Criação e alimenta a obra de Deus, é um tempo inclusivo que supõe a convivência e todos os câmbios da sua ordenação. Assim Deus o fez, assim Deus o sagrou. E, como diz o Papa Francisco: “Deus permanecerá para sempre na história da Humanidade como Aquele que está presente, Aquele que é próximo, providente, santo e *misericordioso*”¹. E para a história dos homens, Jesus declara que “a misericórdia não é apenas o agir do Pai, mas torna-se o critério para individuar quem são os verdadeiros filhos”².

E quando Francisco nos exorta a “viver o Ano Jubilar à luz da Palavra do Senhor: *misericordiosos como o Pai*”, está a aproximar-nos veementemente da Trindade Santa, a dizer-nos que a Misericórdia é o rosto da nossa

cumplicidade com Deus – a nossa quota parte para a obra eterna da Salvação.

Essa misericórdia que é cuidado, que é abraço, que é atenção, que é palavra, que é sorriso, que é óbolo e perdão, que é trabalho miúdo de cada dia para e com os outros, que é, no seu todo, exercício da Liberdade e sabor da Alegria – *essa misericórdia* que não se pede mas que se dá, graciosamente, sem peso nem medida, rompendo a parede da indiferença e do medo, é, deveras, a parte divina da(s) obra(s) do Homem.

Mas, **mas**, essa **misericórdia** tem de ser **verdadeira**, no sentido de ser justa e **sincera**, provedora da Paz, alimento do Bem, respiro do coração. Irmã da Verdade.



¹ *O rosto da misericórdia* – Misericordiae vultus, Lisboa, ed. Paulinas, 2015.

² *Idem*.

Porque Deus ama a Misericórdia e a Verdade “e a todos os que juntarem a Misericórdia com a Verdade, dará Deus nesta vida, graça, e na outra, glória”³.

Porque “Ele sempre premeia a misericórdia com misericórdia – e a sua misericórdia mais alta é a Graça”⁴.

Muito pregou o nosso Padre António Vieira sobre a Misericórdia, mormente naquele *Sermão ao Enterro dos Ossos dos Enforcados*, que teve lugar na Igreja da Misericórdia da Bahia, em 1637, ardia aquele Estado em guerra e proveu o nosso pregador a obra de misericórdia de “Dar sepultura aos mortos supliciados”.

Disse ele a este propósito: são estes “despojos da Justiça troféus da Misericórdia”.

Mas disse mais:

“Há misericórdias que são misericórdias e mentiras: parecem misericórdias e são respeitos; parecem

misericórdias e são interesses; parecem misericórdias e são outros afetos tão contrários desta virtude como de todas”. Porque aquela que verdadeiramente vale é uma “Misericórdia sem respeito, misericórdia sem dependência, misericórdia sem motivo algum que não seja pura misericórdia e, por isso, enfim, Misericórdia e Verdade”.

“Porque o nome de Deus sobre todo outro nome é misericórdia e verdade: não [apenas] misericórdia e justiça, misericórdia e sabedoria, misericórdia e onipotência, misericórdia e imensidade, senão Misericórdia e Verdade”. [...] “Então se une a Misericórdia com a Verdade quando a obra de misericórdia é tão verdadeira e pura que não tem mistura de outro afeto que a vície, nem se liga de outro motivo ou respeito que a falsifique”.

É essa a Misericórdia que liberta e salva. ■

Maria Lúcia Garcia Marques

³ Vieira, Pe. António, “Sermão ao Enterro dos Ossos dos Enforcados”, in *Obra Completa*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 2013.

⁴ *Idem*.

A
SOCIEDADE
CIENTÍFICA
DA
UNIVERSIDADE CATÓLICA
PORTUGUESA
TEM NOVOS ÓRGÃOS
SOCIAIS PARA O TRIÉNIO
2016/2019

Assembleia Geral

Presidente: Prof. Doutor Manuel Braga da Cruz

Prof. Doutor Carneiro da Frada

Prof. Doutor Seabra Pereira

Secretárias: Prof. Doutora Marília Pereira Lúcio dos Santos Lopes Hanenberg

Prof. Doutora Maria do Rosário Lupi Belo

Direção

Presidente: Prof. Doutora Luisa Leal de Faria

Prof. Doutor Pedro Aguiar Pinto

Prof. Doutora Luísa Ribeiro Ferreira

Prof. Doutor Alexandre Castro Caldas

Prof. Doutor José Miguel Sardica

Conselho Fiscal

Presidente: Prof. Doutor António Bagão Félix

Prof. Doutora Cristina Neto de Carvalho

Prof. Doutor Fernando Ilharco

Prof. Doutor Duarte Ivo Cruz

Prof. Doutor Miguel Gouveia

CANDIDATURA À DIRECÇÃO DA SOCIEDADE CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA

08 de Abril de 2016

A Sociedade Científica da Universidade Católica é um espaço de “encontro, de debate e de cooperação académicos, numa perspectiva interdisciplinar”. As secções em que actualmente se estrutura definem os campos do saber que a Sociedade articula e cruza: as Artes, as Ciências do Ambiente, as Ciências e Tecnologias da Saúde, as Ciências Naturais e Tecnológicas, o Direito, a Economia, a Educação, a Filosofia, a História, a Literatura, Cultura e Comunicação, a Teologia. O perfil interdisciplinar desta Sociedade confere-lhe características únicas para ir ao encontro do debate, necessário e urgente, sobre temas centrais que inquietam as sociedades contemporâneas. Desde logo, todas as questões levantadas pelo Papa Francisco na encíclica *Laudato Si'*, que inspirou o lema da Universidade Católica em 2016: “cultivar a ecologia dos saberes”. Recordando as palavras do papa: “*Lanço um convite urgente a renovar o diálogo sobre a maneira como estamos a construir o futuro do Planeta. Precisamos de um debate que nos una a todos, porque o desafio ambiental, que vivemos, e as suas raízes humanas dizem respeito e têm impacto sobre todos nós.*”

A Sociedade Científica não pode ficar indiferente a este apelo. A partir da preocupação central com o cuidado da casa comum, desdobram-se e ramificam-se implicações que vão direitas ao cerne de cada uma das áreas científicas que aqui cultivamos. Desde logo a teologia e a filosofia, que nos interpelam sobre a raiz humana da crise ecológica, ou a crise do antropocentrismo moderno; as teorias culturais, muitas vezes prontas a abraçar o relativismo pós-moderno e a carecerem de ser reproblematisadas e articuladas com a questão fundamental do uso do poder confundido, por vezes, com o simples progresso das ciências e tecnologias; a noção de crescimento como um “paradigma homogéneo e unidimensional”, que obriga a rever a economia, a finança, a política, a regulamentação sustentada no direito, a saúde, a biologia, as tecnologias, a comunicação, as artes. Nenhuma área do conhecimento, afinal, pode ficar alheia a esta ecologia integral, que reclama o diálogo das ciências entre si, das ciências e da religião, e apela a que esse diálogo se processe no patamar das organizações políticas e sociais nacionais e internacionais.

Esta Direcção propõe-se começar a sua actividade a partir de uma concepção de Sociedade Científica interventiva, com todos os seus membros mobilizados para uma reflexão partilhada, que possa contribuir eficazmente para as mudanças que Francisco tão eloquente e insistentemente nos incita a fazer. O programa

expresso na *Laudato Si'* poderá constituir um fio condutor com desenvolvimento ao longo dos próximos anos.

Nesse sentido, a Direcção, com o apoio de todos os membros da Sociedade Científica, propõe-se desenhar a curto prazo um programa de actividades, enquadrado pelas características que lhe são próprias – realização de conferências, seminários, colóquios e congressos; porventura também de cursos livres, breves, atingindo um público não especializado, mas informado e interessado; encorajamento à produção de publicações; intercâmbio com instituições congéneres, nacionais e estrangeiras. Para tanto não é demais insistir na importância de cada um e de todos os membros da Sociedade, desde logo para a concepção e de seguida para a concretização de qualquer programa. O papel do Conselho Científico será determinante, desejando a Direcção, desde já, afirmar a sua confiança nos coordenadores das áreas, contando com eles como agentes mobilizadores das suas secções, criadores de ideias, dinamizadores de acções, inter-actuantes nos projectos a desenvolver.

Depois, em 2017 comemora-se o centenário das Aparições de Fátima, e a Universidade Católica celebra 50 anos de existência. Muitas actividades estão já em curso para assinalar estes dois acontecimentos. A Sociedade Científica manifesta, desde já, o seu desejo em se associar às iniciativas em que possa contribuir de acordo com o seu perfil próprio e, porventura, lançar ela própria reflexão e acções em ambos os enquadramentos.

Para além destas grandes linhas de desenvolvimento de actividades, a Sociedade Científica não deverá abandonar as acções que tem vindo a cultivar ao longo do tempo e que são também a sua marca, como a publicação do seu boletim, nem interromper acções já planeadas, como a muita justa e oportuna homenagem ao P. Bacelar, fundador da Sociedade Científica e primeiro reitor da Universidade Católica, no centenário do seu nascimento. Honrar e homenagear as grandes figuras que pertenceram e pertencem a esta Sociedade, e são constantemente fonte de inspiração é também parte do nosso programa. Porque o futuro, para o qual desejamos contribuir com inteligência, conhecimento, imaginação, sensibilidade e solidariedade só se pode construir no reconhecimento das nossas raízes e na optimização do nosso potencial.

A Sociedade Científica é de todos nós. Contamos com todos para que cumpra a sua missão. ■

Luisa Leal de Faria

Luisa Leal de Faria

Por opção da autora, o texto não segue o novo Acordo Ortográfico.

SEIS ANOS DEDICADOS À SCUCP

Quando em 2010 o Prof. Manuel Braga da Cruz, então Reitor da Universidade Católica, me propôs a candidatura a particulares responsabilidades na condução da Sociedade Científica, aceitei de imediato, reconhecido pela confiança amiga que o convite significava, e porque, ciente embora de não estar à altura das insígnias figuras que me precederam na presidência da Sociedade, a tarefa a que era convocado se definia por três dimensões com as quais por inteiro me identificava: um serviço da Igreja, a prossecução do trabalho universitário a que me dedicara como exercício de uma vida e um trabalho em prol da comunicação entre diferentes linguagens – literárias, artísticas e científicas – para o qual o longo convívio com a Filosofia me sensibilizara e que, a meu juízo, constitui uma carência estrutural da cultura contemporânea.

Os três eixos referidos determinavam justamente o projecto da Sociedade Científica, nascida por inspiração da Sociedade Görres que se propõe, desde a sua criação em 1876, tendo por raiz a fé católica, abordar as questões fundamentais da vida científica nos seus diversos domínios em diálogo interdisciplinar, e criada pelo empenhamento do Reitor Pe. Bacelar e Oliveira como lugar e modo de presença nos debates contemporâneos mais significativos da gente da cultura que se reconheça na matriz cristã.

A Sociedade conta actualmente com cerca de trezentos sócios, muitos dos quais, infelizmente, de uma passividade exasperante perante os esforços para congregá-los em actividades através das quais se procura levar a cabo os seus objectivos. A abertura a novos membros terá sido porventura demasiado generosa, pois os estatutos estabelecem unicamente que basta a propositura por cinco sócios efectivos, número que, nos costumes, se reduziu a três, sem a correspondente exigência de uma participação consistente.

A distribuição por 15 secções científicas (muito segundo o esquema escolar de arrumação dos saberes), de muito diversa extensão, carecia de profunda revisão e revitalização, nomeadamente pela nomeação dos seus orientadores que deviam associar ao prestígio científico nas respectivas áreas alguma representatividade do lado dos seus membros. Apresentei uma proposta de renovada constituição das secções que atendesse mais à afinidade de temáticas e menos à classificação das ciências, uma matéria hoje sempre controvertida: os saberes do *cosmos*, do *bios*, da *polis*, da *praxis* e do *logos*. A proposta não teve vencimento, ficando a vigorar uma solução de compromisso que reduziu a onze, por consenso entre os antigos coordenadores, o número das secções científicas.

Neste mesmo contexto foi decidido instituir o Conselho Científico, um órgão estatutariamente previsto mas nunca criado, que reflectisse sobre as finalidades da Sociedade e propusesse os dinamismos adequados ao seu cumprimento, ao mesmo tempo

que assegurava a articulação das iniciativas que proviessem das diferentes secções, promovendo a sua interconexão e permeabilidade. A centralidade deste Conselho foi prejudicada na sua eficiência pela fraca disponibilidade dos coordenadores, agora designados após consulta a todos os sócios.

Um dos mais preciosos contributos para a visibilidade da Sociedade, pondo em comum entre os sócios, e para além deles, a vida da Sociedade, foi a publicação regular do boletim *Lumen Veritatis*, de uma qualidade reconhecida, como é também de assinalar as restantes publicações, confiadas à editoria da Universidade Católica, e que trouxeram ao grande público os resultados de eventos realizados pela Sociedade. É igualmente assinalável o começo da edição *on line* da revista científica *Gaudium Sciendi*, no feliz intento de dar corpo à interdisciplinaridade pretendida desde a fundação.

Foi uma linha constante da minha actuação articular as iniciativas da Sociedade dentro de parcerias com outras instituições universitárias e centros de investigação, de modo a favorecer a presença da Sociedade num diálogo que é a marca da autêntica inquirição da verdade, lembrado da palavra de Bento XVI na sua intervenção no Centro Cultural de Belém de que “as outras razões são sempre a razão do outro”.

As principais dificuldades encontradas neste mesmo assim longo período, grato pelos encontros que possibilitou, radicam-se sobretudo no esforço tantas vezes gorado de congregar os sócios, nas assembleias plenárias, nas reuniões científicas, nos convívios anuais festejando a Epifania, celebração por excelência de um Deus conosco, e na constrição dos meios materiais que tal ausência implicava.

Um entrave maior na afirmação da Sociedade foi a indeterminação do contexto institucional; várias vezes se me afigurava a Sociedade como um ilhéu na Universidade Católica: não obstante a correspondência a sugestões da Reitoria, faltava a imprescindível inscrição no plano mais vasto da vida da Universidade e o conseqüente desconhecimento da sua dinâmica própria e das suas prioridades em termos de uma cultura partilhada.

A Sociedade Científica, porém, é uma instituição consolidada, com fracos meios, sem dúvida, mas que constitui uma oportunidade única de vir a ser interlocutora no mundo da cultura, e consultora em questões e situações em que interesse ao Episcopado e à Universidade ouvir vozes autorizadas nos saberes e comprometidas com o projecto cristão de, sem se conformar com o mundo que passa, renová-lo e reconciliá-lo com a verdade que liberta e com a esperança que salva. ■



Manuel José do Carmo Ferreira

Por opção do autor, o texto não segue o novo Acordo Ortográfico.

QUANDO A JUSTIÇA NÃO BASTA

Reflexões sobre a Bula de proclamação do Jubileu Extraordinário da Misericórdia*

Maria Luísa Ribeiro Ferreira**

“Talvez por demasiado tempo, nos tenhamos esquecido de apontar e viver o caminho da misericórdia. (...) A tentação de pretender sempre e só a justiça fez esquecer que esta é apenas o primeiro passo mas a Igreja precisa de ir mais além.”

Papa Francisco, *O rosto da misericórdia*, §10, p. 11¹

1. O rosto da misericórdia

A proclamação do jubileu extraordinário da misericórdia revela um olhar compassivo sobre o mundo actual, evidenciando o valor evangélico da misericórdia e apelando para a renúncia a preconceitos e a juízos apressados. Na sequência dos seus antecessores mais próximos – João XXIII, Paulo VI, João Paulo I, João Paulo II, Bento XVI – que também se debruçaram sobre esta temática, o Papa Francisco alerta-nos para a centralidade que a misericórdia deverá ocupar no pensar e no agir dos cristãos. Por isso anuncia: “chegou de novo, para a Igreja, o tempo de assumir o anúncio jubiloso do perdão” (*RM*, § 10, p.12). A misericórdia coloca-se assim como um convite à reconciliação connosco mesmos, com os outros e com Deus, numa tentativa de empenhar os cristãos na construção de um futuro próximo em que ela seja mais forte do que a justiça. Deus vem ao nosso encontro e desafia-nos a ver no outro um irmão – algo que aceitamos em teoria mas que dificilmente conseguimos pôr em prática. Sem distinções de raça, de cultura ou de religião, a todos e a cada um é proposta uma atitude de cuidado, de compaixão, de perdão e de amor. Ultrapassando interdições e condenações, esquecendo o que separa o justo do pecador, realçando o que nos aproxima como filhos de Deus, Francisco convida-nos à reconciliação em Cristo. Deste modo, o olhar condenatório com que usualmente encaramos os desviantes e os pecadores, deverá ser substituído pela benevolência e pela empatia, num diálogo que incide sobre o cuidado e a compaixão, secundarizando a justiça.

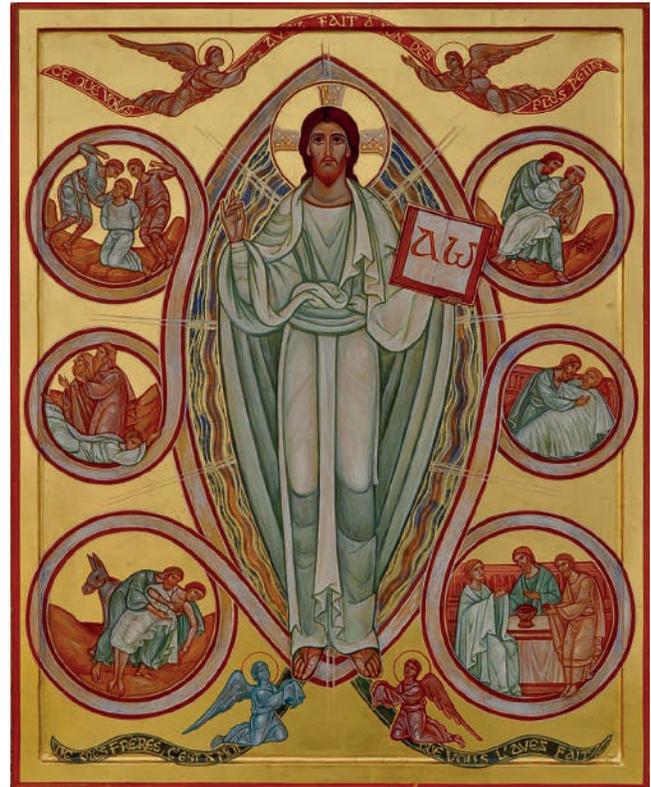
É precisamente sobre as relações entre misericórdia, compaixão e justiça que o nosso texto se debruça.

Por opção da autora, o texto não segue o novo Acordo Ortográfico.

* Alguns passos deste texto retomam o meu artigo “Valores e virtudes a cultivar para a sustentação da paz”, publicado em http://www.fundacao-betania.org/betania/caderno_26.

** Universidade de Lisboa.

¹ Citaremos a Bula a partir das Edições Paulinas (3.^a ed.), Lisboa, 2015, identificando-a como *RM*.



ÍCONE DA MISERICÓRDIA de TAIZÉ – uma representação completamente nova, datada de 2015 em que Jesus aparece como figura central, rodeado, em faixa, de pequenos quadros ilustrativos da parábola do Bom Samaritano.

2. O que pressupõe a misericórdia

Ao falarmos de misericórdia temos presente a face materna de Deus. O rigor e a severidade impedem-nos de acolher os que se norteiam por parâmetros e valores diferentes dos nossos. Mais facilmente os julgamos e condenamos, esquecendo a sua condição de filhos de um mesmo Pai que a todos ama. É contra essa rigidez que Francisco se insurge, desafiando-nos a substituí-la pela abertura e pela clemência. Por isso, numa conversa com Andrea Tornielli, o Papa sustenta que “a Igreja mostra (...) o seu rosto de mãe à humanidade ferida” e que “a Igreja não está no mundo para condenar mas para permitir o encontro com aquele amor que é a misericórdia de Deus.”²

² *O nome de Deus é misericórdia. Uma conversa com Andrea Tornielli*, Lisboa, Planeta, 2016, pp. 24 e 63. (Identificaremos esta entrevista como *NDM*).

Quando tentamos perceber em que consiste a misericórdia verificamos que apela para determinados comportamentos como a compaixão, a piedade, a ajuda, o amor incondicional, e que inclui uma pluralidade de dimensões como a preferência pelos fracos, o olhar vigilante, a responsabilidade, a solidariedade e o cuidado. O que exige uma primordial atenção aos outros e ao mundo. Lembrando Simone Weil, uma filósofa particularmente sensível às diferentes modalidades da atenção, constatamos que ela considera a atenção ao outro como consequência da atenção a Deus, dado que o amor ao próximo se manifesta como uma espécie de comunhão com Deus. O desejo atento de partilhar sofrimentos e preocupações leva ao despojamento do nosso eu e à construção de pontes conducentes à misericórdia. “O pecado em mim diz eu” escreve Weil em *La Pesanteur et la Grâce*.³

Outro dos pressupostos exigidos pela misericórdia é o cuidado, ou seja algo que se prende com os afectos, com a empatia e com a generosidade. Cuidar abrange um conjunto de virtudes e uma diversidade de significados ligados à protecção, à vigilância e ao amor. O teólogo Leonardo Boff recorda-nos que cuidar dos outros é um valor presente em todas as grandes religiões – vemos-lo no Budismo, na preocupação pelo Universo em geral; no Judaísmo, no acolhimento ao estrangeiro; no preceito da esmola proclamado pelo Islamismo; no apelo caritativo que é uma constante em múltiplas passagens do Novo Testamento, das quais é paradigmática a parábola do Bom Samaritano.⁴

Igualmente importante para compreendermos a misericórdia é a compaixão: “Porque tive fome e destes Me de comer; tive sede e destes Me de beber; era peregrino e recolhestes Me; estava nu e destes Me de vestir; adoeci e visitastes Me; estive na prisão e fostes ter Comigo” (Mt 25, 34-36). Neste passo do Evangelho de Mateus vemos condensado um projecto de vida em que se concretizam as chamadas “obras de misericórdia.” O que é mais uma prova de que esta não é um conceito abstracto pois deverá perpassar a nossa relação com os outros, abrindo o nosso coração ao que os preocupa e partilhando as suas dificuldades e sofrimentos.

A misericórdia tem um rosto que Deus nos revelou no Antigo e no Novo Testamento pois, como o Papa escreve, ela é “a palavra chave para indicar o agir de Deus para conosco” (*RM*, p.11). Se é verdade que o Deus de Israel é um Deus justo, a quem se recorre para que vença os inimigos e castigue os ímpios, há na actuação divina uma permanente fidelidade ao seu povo, perdoadando-lhe as faltas e estabelecendo com ele alianças constantemente renovadas. No Novo Testamento constatamos que toda a actuação de Jesus está embebida de misericórdia, quer nas relações que estabelece com outrem, quer nas parábolas de que se serve para mostrar o modo como a indulgência e o perdão sobrelevam a justiça.

3. Misericórdia, compaixão e justiça

“Contemplando a multidão, encheu-se de compaixão por ela, pois estava cansada e abatida, como ovelhas sem pastor.” Mt 9, 36

“Misericórdia é a atitude divina que abraça, é o dom de Deus que acolhe, que perdoa. Jesus disse que não viera para os justos mas para os pecadores.” (Francisco, *NDM*, p. 26)

É por vezes difícil distinguir misericórdia e compaixão. De facto são conceitos quase permutáveis embora entre eles haja nuances – a misericórdia prende-se com o olhar amoroso que tudo perdoa enquanto a compaixão deriva da sintonia com os outros e do impulso básico que nos leva a sair de nós mesmos. Na entrevista a Andrea Tornielli, o Papa distingue-as, embora lhes reconheça afinidades. Para ele “a misericórdia é divina, está relacionada com o julgamento sobre o nosso pecado. A compaixão tem um rosto mais humano.” (*NDM*, p. 93).

Se aprofundarmos o conceito de compaixão, verificamos que ele diz respeito a um sentimento de humanidade: os povos de língua inglesa chamam-lhe *humanity*, o que implica colocarmo-nos na pele do outro, pensando como ele pensa, sofrendo como ele sofre, partilhando as suas alegrias e tristezas. Numa palavra, sendo solidários. Compadecer-nos é colocarmos a dimensão relacional como constitutiva da condição humana. É uma projecção no outro daquilo que somos, passando a entendê-lo como um eu, semelhante a nós. Por isso a compaixão recusa a distração e a indiferença; por isso ultrapassa o egoísmo natural e torna-nos solidários. Como diz o filósofo André Comte-Sponville: “A compaixão é essa virtude singular que nos abre não apenas a toda a humanidade mas ao conjunto dos vivos, ou, pelo menos, dos que sofrem.”⁵

Curiosamente, na esfera política, a compaixão tem sido muitas vezes criticada, com a justificação de que alimenta a categoria dos pobres, dos destituídos e dos humilhados, aceitando-os como inevitáveis.⁶ Nesta perspectiva a compaixão entraria em confronto com a exigência de justiça, substituindo-a indevidamente. Exemplifico com duas filósofas contemporâneas que confrontaram justiça e compaixão: Hannah Arendt e Miriam Revault d’Allones. A primeira entende a compaixão como condescendência e critica a sua interferência na esfera pública pois ao valorizá-la como virtude política cairíamos no perigo de identificar pobreza e virtude, cultivando a passividade. Para esta filósofa, a nossa luta deveria orientar-se em prol da justiça. Compadecer-mo-nos é, para ela, aceitar como natural uma situação e nada fazermos para que esta se altere e corrija. Arendt dá à compaixão um estatuto de virtude individual, enquanto que perspectiva a política como vivência dos homens uns com os outros. A compaixão e a piedade pertencem ao foro privado mas a justiça é uma exigência do foro público. Hoje assistimos a uma irrupção massiva dos pobres e dos deserdados na cena política com

³ Simone Weil, *La Pesanteur et la Grâce*, Paris, Plon, 1993, p. 40.

⁴ Leonardo Boff, *Saber Cuidar. Ética do humano – compaixão pela terra*, Petrópolis, Vozes, 1999.

⁵ Comte-Sponville, *Pequeno Tratado das Grandes Virtudes*, Lisboa, Presença, 1995, p. 122.

⁶ Inserem-se nessa linha as críticas que alguns levantam às acções do “Banco Alimentar” no nosso país.

o perigo desta acolher uma dimensão caritativa, sendo a justiça apagada em prol da caridade. Para a filósofa alemã, a compaixão é irrelevante na política e podemos mesmo dizer que ela lhe é prejudicial: “Não nos é possível analisar aqui os prejuízos que a compaixão causou às revoluções modernas através dos esforços para melhorar a sorte dos pobres em vez de instaurar a justiça para todos. (...) A humanidade (*humanity*) dos humilhados e ofendidos é absolutamente irrelevante em termos políticos.”⁷

Também a filósofa francesa Myriam Revault d’Allonnes se interessou pelas consequências nocivas da compaixão quando transpostas para a política, considerando-as perigosas por poderem transformar-se em piedade fácil, anestesiando as revoltas contra as injustiças e impedindo a construção de um mundo mais equitativo: “Falar de sofrimento, de miséria, de infelicidade, deixando de falar de injustiça e de desigualdade, é abrir caminho para um tratamento compassivo que não esclarece politicamente o abandono individual ou colectivo.”⁸ Para Revault d’Allonnes, assistimos hoje a uma hipertrofia da dimensão compassiva o que leva a uma aproximação da piedade. É um estado de coisas que prejudica uma governação que pretenda ser justa. A compaixão é ambivalente pois por ela encaramos os outros como carentes, classificamo-los como destituídos e aprisionamo-los na sua situação de assistidos, instaurando uma política de caridade. A justiça desenrola-se no espaço público e neste a questão social não pode ser ignorada. A cidadania impõe como requisitos certos direitos como o direito ao trabalho; o direito à educação; a segurança na saúde; a dignidade das reformas; o respeito pelas diferenças culturais e religiosas, numa palavra, o respeito pela dignidade do ser humano.

Contrariando esta aproximação de compaixão com passividade, sublinhamos as virtualidades dinâmicas da primeira, na medida em que ela provoca a nossa acção. Ao pretender minorar o sofrimento alheio recusa-se a aceitá-lo como um fatalidade e leva-nos a sair do nosso eu egoísta. Hoje assistimos a uma inversão de valores quando os cidadãos são colocados em segundo plano perante os interesses do Estado. Este não pode tomar decisões em função de uma lógica do deve e do haver, em que os indivíduos são parcelas de um cálculo, em que se aceitam como inevitáveis os despedimentos, as deslocalizações e a concentração das riquezas numa minoria.

Discordamos da identificação entre compaixão e condescendência e não consideramos que a primeira seja incompatível com a justiça. Ser compassivo não implica aceitação. Pelo contrário, constitui o primeiro degrau para uma actuação eficaz e interventiva; representa um desafio à ordem das coisas e não se desliga da justiça. O olhar compassivo sobre o outro é indispensável para estabelecer com ele uma relação de empatia. Esta, desencadeia o desejo de alterar o *statu quo* e leva-nos a personalizar as injustiças o que é uma motivação eficaz, ou seja, um estímulo



A QUEDA – iluminura de Hildegarde de Bingen (séc. XII) representando, à esquerda, a expulsão de Adão do Paraíso, com a ira de Deus representada por quatro línguas de fogo, o braço negro da tentação e do pecado envolvendo-o em desafio à Justiça divina e sobre ele atraindo o Castigo do Criador. Tal porém não exclui a Redenção, que aparece figurada à direita, no firmamento iluminado dos escolhidos e dos perdoados pela Misericórdia do Senhor.

para lutarmos por um mundo melhor. Somos responsáveis pela criação de uma nova ética que satisfaça os desejos legítimos de todos, em ordem à vivência plena da dignidade humana. Nessa ética as leis que criamos nunca deverão esquecer que visam seres concretos e que as instituições integram pessoas.

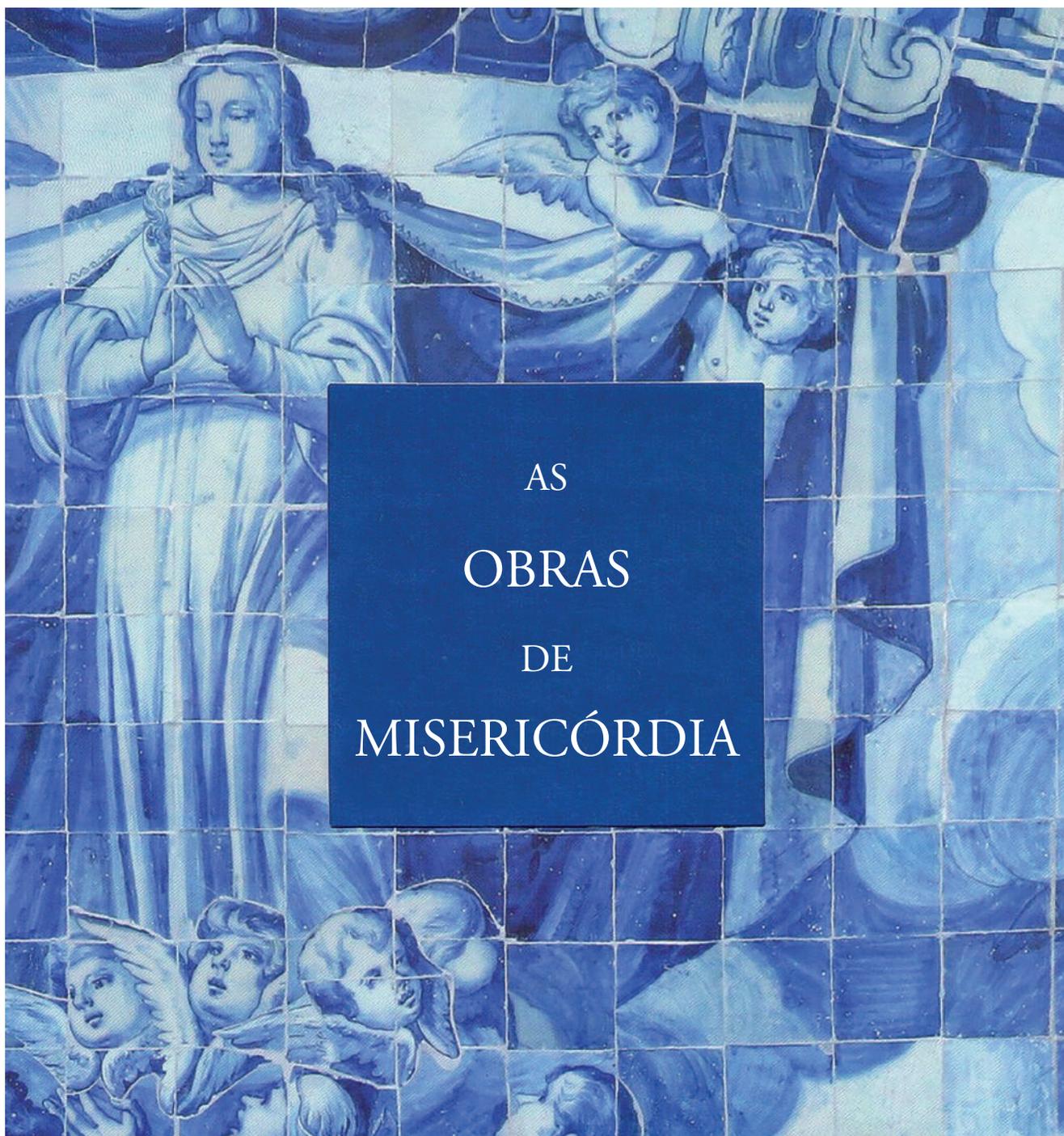
Relativamente à misericórdia, verificamos que vai mais longe do que a compaixão podendo mesmo dizer que ela é o grau máximo da compaixão. Para ser misericordioso há que ser compassivo. A compaixão prende-se com a necessidade de ser abraçado enquanto a misericórdia deriva da necessidade de ser perdoado: “Quem normalmente se considera justo, bom e respeitador, não se apercebe da necessidade de ser abraçado e perdoado”, escreve Andrea Tornielli (*NDM*, p. 10). Há uma relação entre misericórdia e pecado pois na sua infinita misericórdia Deus perdoa as nossas faltas. A lógica que preside à misericórdia é divina e por isso é incondicional e dotada de uma absoluta gratuidade. A lógica da compaixão é humana, manifesta-se na empatia e no envolvimento com os outros.

As relações entre misericórdia e justiça nem sempre são fáceis mas desta dificuldade não podemos concluir que sejam valores opostos. Devemos sim considerá-las como duas dimensões de uma mesma realidade. No § 20 da Bula *Misericordiae Vultus*, o Papa Francisco distingue justiça e misericórdia e incita-nos a recordar a parábola do servo iníquo (Mt, 18,22) para quem o Senhor apenas usa de justiça. Por esta parábola percebemos que a misericórdia se torna “o critério para individuar quem são os verdadeiros filhos” (*RM*, p. 10). Para Jesus a misericórdia prevalece sobre a justiça, tal como o perdão prevalece sobre o castigo. Podemos dizer que Ele desconstruiu o conceito de justiça em função do conceito de misericórdia pois “a justiça de Deus é o seu perdão” (*NDM*, p. 23).

Deus, porque é Deus, pode ir além da justiça, e fá-lo frequentemente. Para nós humanos, fica a tarefa difícil de encontrar o equilíbrio entre justiça e compaixão. Aceitando o preceito evangélico “não julgueis e não sereis julgados” (Lc, 6,37) resta-nos confiar na misericórdia divina, orientando as nossas acções de modo a merecê-la. ■

⁷ Hannah Arendt, *Homens em Tempos Sombrios*, Lisboa, Relógio d’Água, 1991, pp. 24, 27.

⁸ Myriam Revault d’Allonnes, *L’homme Compassionnel*, Paris, Seuil, 2008, p. 64.



AS
OBRAS
DE
MISERICÓRDIA

*Dar de comer a quem tem fome
e de beber a quem tem sede
Vestir os nus
Dar pousada aos peregrinos
Visitar os doentes e encarcerados
Sepultar os mortos*

*Ensinar os ignorantes
e corrigir os que erram
Consolar os tristes e aconselhar os disso necessitados
Perdoar as injúrias
Suportar as fraquezas do nosso próximo
Rezar por vivos e mortos*

NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA (pormenor) – painel de azulejos da autoria de Policarpo de Oliveira Bernardes (1695-1778) que faz parte da decoração da Igreja da Misericórdia de Viana do Castelo (1722). O riquíssimo revestimento azulejar do interior deste templo versa precisamente o tema das “Obras de Misericórdia”, de que faz a ilustração completa. Dele reproduzimos aqui exemplos ilustrativos dos textos que a esse tema dedicamos, colhidas na obra de João Alpuim Botelho, *Azulejos da Igreja da Misericórdia de Viana do Castelo – Representação das Obras de Misericórdia*, Viana do Castelo, Santa Casa da Misericórdia, 2015.

DAR DE COMER A QUEM TEM FOME:

uma profissão, uma responsabilidade,
uma obra de misericórdia



Pedro Aguiar Pinto*

Dar de comer a quem tem fome é a primeira das sete obras de misericórdia corporais na lista muito pedagógica do Catecismo de S. Pio X.

É também o grande objectivo da profissão que me dediquei a conhecer e a ensinar nos últimos quarenta anos.

A Agronomia é a ciência integradora que dá fundamento e procura explicar todos os processos físicos, químicos, biológicos e as suas intrincadas relações que estão envolvidos na produção agrícola, isto é, no principal objectivo da Agricultura.

Gosto especialmente da definição de Agricultura que a descreve como “*uma actividade humana levada a cabo com o objectivo principal de produzir alimentos pelo uso deliberado e controlado de plantas e animais*”¹.

A fome pode ser definida como uma sensação fisiológica que assinala ao corpo a necessidade de alimento para manter as suas actividades inerentes à vida. Como sensação, a fome tem uma natureza individual, mas quando uma sociedade inteira não consegue com regularidade obter a quantidade e qualidade de alimento necessário ao conjunto das actividades dos seus membros, a fome passa a ter uma conotação endémica e, portanto, social.

É a fome-sensação a que se adiciona a fome-instinto-responsabilidade que faz com que uma família, uma tribo, uma aldeia, uma sociedade tome as medidas necessárias para assegurar o alimento necessário às actividades e sobrevivência dos seus membros.

Nos primeiros passos da humanidade este alimento era assegurado por actividades, principalmente femininas, de recolção de raízes e frutos silvestres, suplementadas por actividades, principalmente masculinas e de menor significado na dieta, de caça e pesca.

A “invenção” da agricultura, terá sido impulsionada pela fome; isto é, o esforço necessário para obter o alimento capaz de sustentar uma população crescente num ambiente variável – a irregularidade climática não é exclusivo do presente – foi-se tornando crescente e frequentemente insuficiente para as necessidades. A observação dos hábitos de frutificação e ressementeira

natural de algumas espécies percursoras dos actuais cereais de pragana na área do Médio Oriente - conhecida como o Crescente Fértil - terá inspirado a primeira sementeira, a primeira cultura, o conseqüente trabalho da terra e a necessária sedentarização das populações humanas.

Esta primeira grande revolução na história da humanidade não resolveu o problema da fome. Se bem que a fiabilidade da produção agrícola fosse muito maior do que a aleatoriedade das actividades de recolção, caça e pesca, aquela mantinha uma muito significativa variabilidade interanual e permanecia sujeita a um vasto conjunto de acidentes meteorológicos e suas conseqüências sobre a produção de alimentos.

A Bíblia relata inúmeras migrações que fogem de condições ambientais adversas muitas delas associadas a longos períodos de seca e fome².

Uma conseqüência desta oscilação climática que dá origem a sete anos de fartura e sete anos de fome, segundo a interpretação que José faz ao sonho do faraó em que este vira sete vacas gordas mais sete espigas bonitas e sete vacas magras e feias mais sete espigas chochas³ é a primeira política agrícola:

*“o faraó nomeie um homem inteligente e sábio e ponha-o à frente do Egipto. Nomeie o faraó fiscais pelo país e recolha a quinta parte das colheitas do Egipto durante os sete anos de fartura. Reúnam todos os víveres dos anos bons que virão e, por ordem do faraó, armazenem o trigo e o guardem como provisão nas cidades. Esses mantimentos servirão de provisão ao país para os sete anos de fome que virão sobre o Egipto, a fim de que o país não pereça de fome.”*⁴

Foi também o início do armazenamento e distribuição em grande escala que permite reduzir a amplitude da oscilação da disponibilidade de alimentos e conseqüentemente, a incidência da fome.

O progresso da Agricultura ao longo da história permitiu um crescimento lento e gradual da população que, por sua vez foi aumentando a pressão sobre a disponibilidade de alimentos.

Por opção do autor, o texto não segue o novo Acordo Ortográfico.

* Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa

¹ Spedding, CRW. 1988. *An Introduction to Agricultural Systems*, 2nd edition. Elsevier Applied Science. 189 p.

² Gn 12,10; Gn 25, 32; Gn 26, 1

³ Gn 41, 26-27

⁴ Gn 41, 33-37



RAINHA SANTA ISABEL, “O milagre das rosas” – Pequeno retábulo de autor desconhecido, de meados do séc. XVI, no Museu Machado de Castro. Como curiosidades, observem-se no plano de fundo da pintura, à direita, a cena conjugal entre D. Isabel e D. Dinis a propósito do gesto caridoso da rainha e, à esquerda, a representação do perfil da Coimbra renascentista.

Thomas Malthus⁵, nos alvares da Revolução Industrial, anuncia o apocalipse numa explosão demográfica para além da capacidade da terra produzir os alimentos necessários. A argumentação é convincente: enquanto a produção de alimentos aumenta numa sucessão aritmética limitada pela terra arável existente, a população cresce numa progressão geométrica.

O erro de Malthus foi não tomar em conta o potencial de produção de extensas áreas então quase desconhecidas no Novo Mundo bem como a incapacidade de prever o espectacular aumento de produtividade da terra proporcionado pelo progresso técnico na agricultura.

Durante os séculos XIX e XX, a utilização de adubos, o controlo de doenças e pragas e o melhoramento de plantas conseguiram aumentos na produção de alimentos capazes de acomodar uma população que hoje é sete vezes maior do que no início do século XIX.

Episódios de fome endémica continuaram a existir não apenas nos países em vias de desenvolvimento mas esporadicamente também no Velho Mundo.

A grande fome (1844-1849) na Irlanda (An Gorta Mór, em irlandês) provocada por uma doença na batateira, que reduziu drasticamente a base da alimentação da população irlandesa originou emigração em massa, sobretudo para os Estados Unidos da América e uma redução da população local em cerca de 25%.

As duas grandes fomes, russa de 1921 e soviética (Holodomor) de 1932-33, foram provocadas pelo efeito conjunto da seca e perturbações no sistema produtivo agrícola originadas pela guerra ou pela colectivização forçada. Aconteceu coisa semelhante na grande fome chinesa de 1958-1962 na colectivização forçada associada ao “Grande salto em frente”.

O progresso geral não chegou tão depressa aos países mais pobres que, entretanto, iniciavam o seu percurso como nações independentes.

Ainda no século XX a fome endémica na Índia, em África e na América latina reclamava milhões de vítimas.

A revolução verde (ca. 1960), nome que se dá ao esforço de investigação genética que conduziu à criação de variedades mais produtivas e melhor adaptadas a condições de cultivo locais e à sua disseminação tem o mérito de ter resolvido tecnicamente uma parte importante do problema da fome. É, no mínimo justo destacar o agrónomo Norman Borlaug⁶, prémio Nobel da paz em 1970, cuja vida foi dedicada a “dar de comer a quem tem fome” por via dos progressos tornados possíveis pela investigação em cereais que coordenou no CIMMYT⁷ no México.

O progresso tecnológico afastou a ameaça apocalíptica de Malthus. Hoje a capacidade agrícola instalada permite que, apenas considerando as duas culturas mais importantes em área e quantidade de produção (arroz e trigo) ultrapassem largamente as necessidades energéticas e proteicas da população mundial actual⁸.

A definição de fome passou a incluir a subnutrição, dando importância a aspectos até então ignorados da questão, nomeadamente a composição da dieta e a presença ou ausência de certos constituintes importantes.

Estima-se que nos países desenvolvidos a incidência da fome atinja menos do que 5% da população enquanto que afecta 12%⁹ nos países em desenvolvimento.

Parece, portanto, que a perspectiva agronómica do problema da fome, esta forma de dar de comer a quem tem fome pela vida do uso controlado de plantas e animais tem tido uma evolução muito positiva e mesmo satisfatória.

Isto quer dizer que já não há fome? É claro que não!

⁵ Malthus, T. 1826 “*An essay on the principles of the population*”.

⁶ Norman Ernest Borlaugh (1914-2009) agrónomo americano especializado em genética e patologia vegetal, figura central da Revolução Verde.

⁷ Centro Internacional para la Mejora del Maiz Y del Trigo.

⁸ Estimativa do World Population clock 7334 435 800 às 11:19 de 29 jun 2016 (<http://www.census.gov/popclock/>).

⁹ Variando entre um máximo de 20% em África e 5,5% na América latina.

Não só as variações na produção mundial continuam a existir, tomando por vezes graves proporções em consequência de acidentes climáticos (secas, inundações, etc.) como também a estas se juntam oscilações de preços de bens alimentares essenciais que podem originar flutuações muito acentuadas na disponibilidade de alimentos nas zonas mais pobres e frágeis do mundo.

Acresce que tem crescido um novo tipo de fome nas sociedades modernas que coloca o problema da fome perante o comportamento e a decisão individuais.

Fruto da globalização crescente, as sociedades modernas têm evoluído no sentido da aglomeração das populações em enormes metrópoles¹⁰. Ao mesmo tempo, as zonas rurais são cada vez mais despovoadas. Os imigrantes nas grandes metrópoles têm situações mais frágeis, já que o seu acesso a bens alimentares essenciais não é tão fácil como no ambiente de onde emigraram. Este êxodo rural ainda não parou, embora nalguns poucos casos se comece a observar tendências de inversão no sentido das migrações.

O resultado global é um distanciamento crescente entre a produção e os locais de consumo o que, no caso da carne, dos cereais e outras sementes, resulta num verdadeiro comércio à escala global.

Uma das consequências é o desperdício - no campo, no transporte, na distribuição, mas também na casa de cada um.

O lixo doméstico médio por habitante nos Estados Unidos é de cerca de 2 kg e é três vezes superior ao que era em 1960¹¹; desta quantidade, cerca de 30% é desperdício alimentar, que resulta num total anual entre 95 a 110 kg per capita na UE e nos EUA.

Dar de comer a quem tem fome tem aqui também uma dimensão institucional. São exemplos disto, o Banco Alimentar contra a Fome quando concentra e distribui alimentos, nomeadamente fruta que seria refugada por não atingir determinadas características de calibre ou aparência e os vários núcleos ReFood que recolhem, concentram e distribuem comida proveniente da restauração e que, de outro modo seria inutilizada.

Por mais perfeita técnica e organizativamente que seja a sociedade a fome existirá sempre.

A frase de T. S. Elliot “*Sonhando sistemas de tal modo perfeitos que já ninguém precisasse de ser bom*”¹², salienta o facto

¹⁰ As cinco maiores cidades do planeta:

Xangai (China) 24 milhões;
Carachi (Paquistão) 23 milhões;
Pequim (China) 21 milhões;
Deli (Índia) 17 milhões;
Lagos (Nigéria) 16 milhões.

¹¹ How much do you waste daily. Center for Sustainability and Commerce. Duke University. (<https://center.sustainability.duke.edu/resources/green-facts-consumers/how-much-do-we-waste-daily>) (Consultado em 29 de Junho de 2016).

¹² Elliot, T. S. 1934. Choruses from The Rock. They constantly try to escape



CLAVIS ALIMENTA MINISTRAT – “Dai alimento aos presos” Portomenor na Igreja da Misericórdia de Viana do Castelo.

que resulta da experiência de cada um, que, por mais evoluída técnica e socialmente que seja uma sociedade haverá sempre necessidade de um coração compadecido.

Não é preciso viajar para longe, à procura da grande metrópole asiática ou da pequena aldeia africana para encontrar “quem tem fome”.

Nas nossas cidades e aldeias, em tempos de vaca gordas ou em tempos de austeridade encontraremos sempre alguém a quem dar de comer.

É a nossa liberdade que se joga quando contrariando a civilização consumista em que vivemos somos mais conscientes no controlo do desperdício e também quando activa e pessoalmente damos de comer a quem tem fome participando nas inúmeras possibilidades de pôr em prática esta obra de misericórdia.

Não é apenas uma recomendação de solidariedade para com aqueles que têm menos do que nós, nem tão só um dever de cidadania.

É antes de mais uma promessa de felicidade:

*“Vinde, benditos de meu Pai. Possuí por herança o reino que vos está preparado desde a fundação do mundo; porque tive fome, e me destes de comer”*¹³.

Esta promessa de felicidade começa a sua concretização aqui e agora, porque o mistério da Misericórdia é a sua total correspondência ao coração do homem: “é fonte de alegria, serenidade e paz”¹⁴. ■

From the darkness outside and within
By dreaming of systems so perfect that no one will need to be good
But the man that is shall shadow
The man that pretends to be.

¹³ Mt 25, 34:35

¹⁴ *Misericórdia vultus*. Bula de proclamação do Jubileu Extraordinário da Misericórdia.



VISITAR E CUIDAR DOS ENFERMOS

Alexandre Castro Caldas

Ao procurar a inspiração para o texto que aqui vos trago, detive-me no sermão (119) do Padre António Vieira feito na Capela do Hospital de Todos os Santos em 1647 no dia de todos os Santos (sermão das obras de misericórdia à irmandade do mesmo nome). Recomendo, naturalmente, a leitura deste texto que, como toda a obra, nos ilumina o espírito, mas há que refletir nos problemas do nosso tempo.

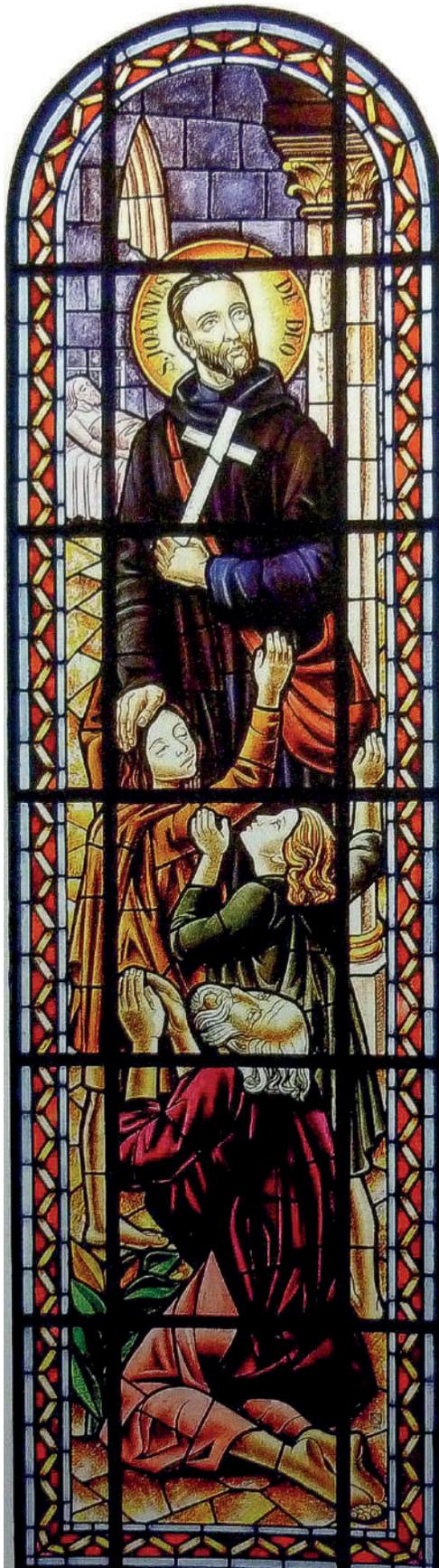
É bem sabido que a idade das populações tem vindo a aumentar, sendo cada vez maior a expectativa de vida. Porém, não é tão grande a expectativa de vida com saúde, sendo muito incapacitantes as doenças que afetam a população idosa. Quem cuida destes idosos? Cujas necessidades principais não dizem respeito à saúde mas sim às atividades mais básicas da vida diária

e sobretudo aos afetos. E depois, quem cuida de quem cuida? Cujo envolvimento numa dependência desgastante representa um novo sofrimento.

Na viragem do século, em Portugal, começou a ser evidente esta preocupação, que já existia noutros países, embora o problema do envelhecimento em Portugal seja significativamente mais grave do que aquilo que se passa no resto do mundo. Todavia essa preocupação teve expressão mais em trabalhos de natureza académica do que em preocupação social. Como acontece inúmeras vezes, definiu-se oficialmente o objeto de estudo, com a designação de cuidador informal, substituindo a designação do familiar sobre quem recai quase sempre a responsabilidade do cuidado. Do meu ponto de vista, isso



VIZITAR OS ENFERMOS – Painel de azulejos da Igreja da Misericórdia de Viana do Castelo, representando Jesus Cristo em casa de Pedro cuja sogra agonizava e Cristo terá visitado e sarado.



SÃO JOÃO DE DEUS – Vitral da Capela do Hospital Montemor-o-Novo. Padroeiro dos hospitais, dos doentes e dos enfermeiros, fundador da Ordem dos Irmãos Hospitalares, São João de Deus (1495-1550) foi canonizado em 1690.

descaracterizou a personagem principal e colocou-a em rede com os que foram designados por cuidadores formais, para eventual processo comparativo. Passou a discutir-se o perfil de intervenção de cada um sendo que a maioria das vezes os formais têm muito pouco de cuidadores, pois falta-lhes a formação profissional indispensável para o desempenho desta atividade e falta-lhes sobretudo a cultura da misericórdia. Por outro lado, começou a ser corrente a utilização de uma designação importada – *burden* – para quantificar o inquantificável sofrimento. Esta designação passou a ser comum a ambos os grupos, os formais e os informais, como se do mesmo assunto se tratasse. Sobre os ditos cuidadores informais, recai em geral o peso da dor moral, resultante das alterações das linhas de força dos afetos a que se soma a dor da fadiga física que o cuidado implica numa dedicação sem horário. Quanto aos formais, conta o peso físico distribuído num horário contratual, e seria injusto se não se reconhecesse que em casos particulares se desenvolve uma relação mobilizadora de afetos e do sofrimento, embora sem o peso da singularidade de uma vida passada.

Naturalmente, cada caso tem que ser considerado como único, pois não é fácil reduzir a uma tipologia esta realidade tão diversa e complexa. Seria bom que na cultura de todos nós estivesse presente o espírito solidário que nos impele à misericórdia, não por saber que na hora do juízo final será a nossa obra reconhecida.

Retiro, então do sermão do Padre António Vieira as palavras: “*É verdade que entre eles vereis alguns tão estropiados e despedaçados da guerra, que mais parecem partes de homens que homens; mas, assim como na hóstia partida e feita pedaços está Cristo inteiro: Non contractus, non divisus, integer accipitur*”. Acrescenta Vieira falando do juízo final: “*Ide, malditos, ao fogo eterno, porque me não destes de comer no pobre, porque me não vestistes no pobre, porque me não remediastes em todas as outras necessidades no pobre. Logo, se vós acudistes e remediastes nas mesmas necessidades ao pobre, e nele a Cristo, evidente e infalivelmente se segue que não pode cair sobre vós tal sentença porque faltaria Cristo à sua verdade, e não seriam verdadeiras as culpas pelas quais vos condenasse. Tanto assim que, se por impossível e supremo juiz vos quisesse compreender na mesma sentença, teríeis legítimos embargos com que agravar dela. Vão os embargos. Provará que em tal dia deu de comer a tais pobres; provará que em tal dia, estando despido, os vestiu; provará que em tal dia, estando enfermos, os visitou; provará que em tal dia, estando encarcerados ou cativos, os pôs em liberdade, e os mesmos pobres, que também estarão presentes, o não poderão negar: logo, impossível é, não digo que a misericórdia de Cristo, senão que sua mesma justiça lhes não receba os embargos*”.

Independentemente desta espécie de contrato jurídico que podemos considerar excessivo e mesmo interesseiro, penso que me posso apropriar destas outras palavras que são mais normativas e orientadoras do nosso comportamento social: “*haverá cristão em Lisboa, que, vendo e reconhecendo a Cristo no pobre faminto, não tire o bocado da boca para o sustentar? Que, vendo-o despido, se não dispa para o vestir? Que, vendo-o encarcerado ou cativo, se não venda para o resgatar? Que, vendo-o peregrino, o não receba, não só em sua casa mas o não meta dentro no coração, e o sirva de joelhos? O que assim o faz, é cristão, o que assim o não fizer nem tem cristandade nem fé*”.

Há então que cuidar de quem sofre e cuidar também de quem cuida, neste século XXI em que as pobreza nem sempre são visíveis na forma, mas doem fundas nos nossos afetos. ■



«EDUCAR OS IGNORANTES» OU A MISERICÓRDIA PELO ENSINO

José Miguel Sardica*

Em 2016, os católicos de todo o mundo foram convidados pelo Papa a viverem um ano jubilar extraordinário da misericórdia. A bula *Misericordiae Vultus* que assim proclamou, em abril de 2015, traz a marca do pontificado de Francisco: mais do que teorizar ideias abstratas, a preocupação verte-se sobre realidades concretas. E desde que admitamos que a misericórdia é algo de muito concreto, por ela é possível agir sobre o mundo e realizar obras de que muitos, se calhar todos, beneficiam. Segundo o Papa, “Jesus Cristo é o rosto da misericórdia do Pai”, e por isso os evangelistas recomendavam: “Sede misericordiosos como o vosso pai é misericordioso” (*Misericordiae Vultus*, n.ºs 1 e 13). Vinte séculos volvidos, a Igreja define hoje a misericórdia como “um programa de vida tão empenhativo como rico de alegria e paz”, promovendo o encontro de uns com os outros, para que uns se interessem, empatizem, cuidem e ajudem os outros, rompendo as muitas carências, precariedades, sofrimentos ou exclusões – “periferias existenciais”, nas palavras do Papa – que cavam ou mantêm distâncias atentatórias do bem-estar e da justiça social (*Misericordiae Vultus*, n.ºs 13, 15 e 20).

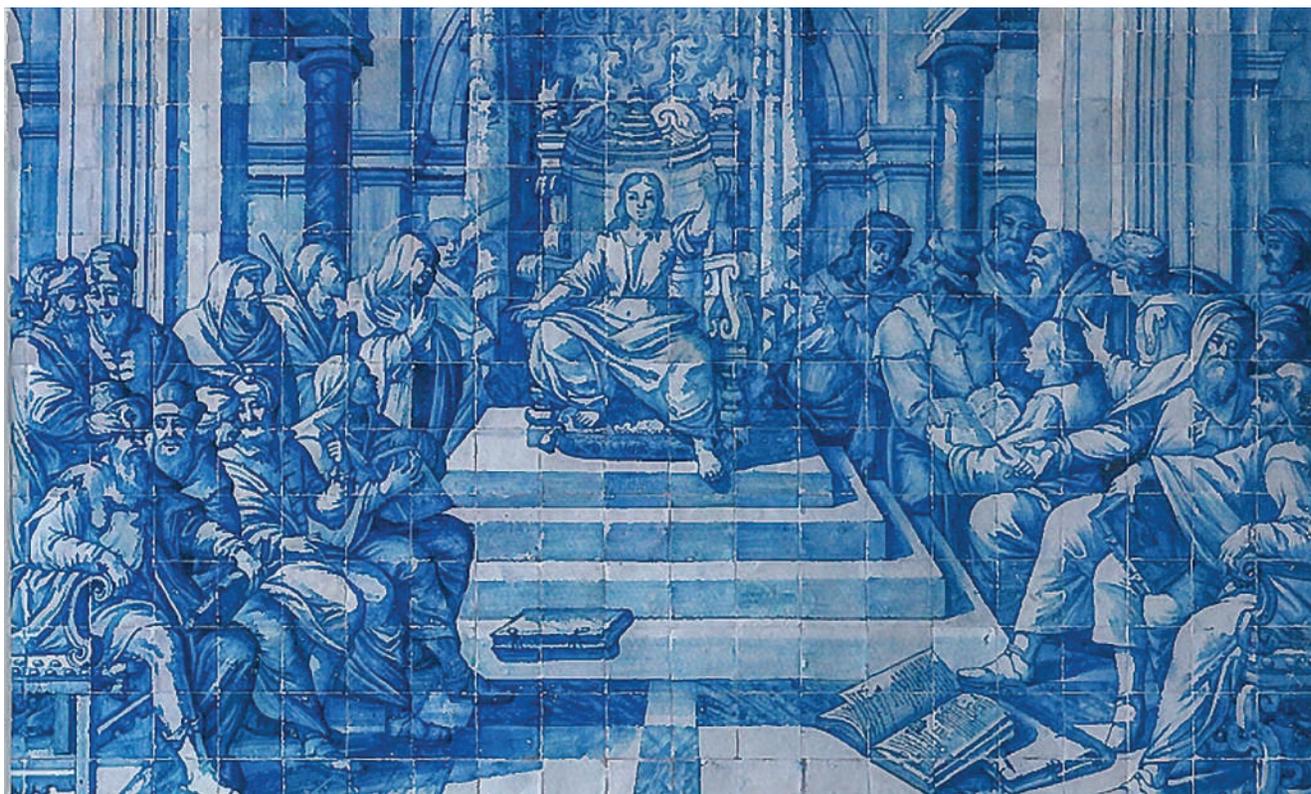
A linguagem cristã é uma linguagem de todos os tempos. Mas no nosso tempo muitos consideram-na deslocada, quando não a deturpam por razões político-ideológicas. Os dicionários correntes definem hoje misericórdia como sinónimo de “compaixão”, “piedade”, “perdão”, “caridade” ou “pena”, em suma, “comiseração pela desgraça alheia”. É verdade que no senso comum ela implica isto: mas se não for além disto (a simpatia por quem tem, pode ou é menos do que nós, e uns quantos atos corretivos dessa injustiça para alívio das boas consciências), a misericórdia de que fala Francisco será estéril quanto ao alcance humano e global do que se pretende quando se é misericordioso. E às vezes nem aquela simpatia é permitida, porque, acusa-se, a “caridadezinha” é uma forma elitista de manter o protesto dos desfavorecidos menos audível, e estes desfavorecidos precisam de racionalizar o seu protesto em luta fraturante e conquista social rápida. Os críticos de Francisco são como os críticos de Leão XIII, o criador da moderna Doutrina Social da Igreja, argumentando que a Santa Sé só se preocupa com os mais pobres – de corpo e de espírito – para alegadamente expropriar

à esquerda as bandeiras de que a esquerda se julga depositária única. E raramente as pessoas se lembram que muito antes de a política descobrir a pobreza já o magistério de Jesus a encontrara.

Falar de misericórdia na era da abundância – apesar da crise, o Ocidente ainda vive em plena abundância – pode assim parecer deslocado ou interesseiro. Em contracorrente, a bula papal vem recordar a perenidade do “dai e dar-se-vos-á”, do verdadeiro contrato social, anterior a qualquer outro, por cujo intermédio boas obras se tornarão veículos salvíficos, tanto no plano espiritual como no plano social concreto. A misericórdia não é unívoca e não é uma esmola: é uma forma de cada um ver o mundo e agir nesse mundo, criando relações com outros e tentando que essas relações tenham um efeito positivo global, sobre quem recebeu, sobre quem deu e sobre os que os rodeiam. Sete são as obras de misericórdia corporais, tal como Cristo as definiu na narrativa do Juízo Final; e sete são as obras de misericórdia espirituais, definidas a partir do exemplo de vida de Cristo: 1) Dar bons conselhos; 2) Ensinar os ignorantes; 3) Corrigir os que erram; 4) Consolar os tristes; 5) Perdoar as injúrias; 6) Sofrer com paciência as fraquezas do nosso próximo; 7) Rezar por vivos e defuntos. Deste conjunto, e por formação profissional, interessa-me particularmente o desafio colocado pela segunda das obras referidas, “ensinar os ignorantes”, a qual se relaciona sem dúvida com “dar bons conselhos”, com “corrigir os que erram” e talvez até – em alguns momentos do convívio em sala de aula ou em avaliação – “sofrer com paciência as fraquezas do nosso próximo”. E note-se que quem ensina também foi e é ensinado, também recebe conselhos e não recusa ser corrigido, e também testa a paciência dos outros...

Em que medida ensinar é, e precisa de ser, um ato de misericórdia espiritual? Em escrito recente sobre este tema, Armando Matteo (teólogo da Universidade Urbaniana de Roma), interrogava-se se não se tratará de uma pretensão ultrapassada porque, em sociedades de híper informação como as nossas, já ninguém será “ignorante” e ninguém portanto precisa de ser ensinado. A *internet* e o mundo em rede criaram uma escola global virtual que a todos chega e que a todos dá, de forma instantânea, instrumentos e informação para sabermos tudo sobre tudo. Mas será mesmo assim? Saber é o mesmo que acumular e aprender o mesmo que memorizar? Mais comunicação

* Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa



ENSINAR OS IGNORANTES – Painel de azulejos da Igreja da Misericórdia de Viana do Castelo. Representa Jesus Menino, no Templo, entre os doutores que, com fina ironia, aqui são tomados como ignorantes.

e informação são sinónimas de mais conhecimento? E mais conhecimento será o mesmo que mais reflexão? E mais reflexão – quando ela (ainda) é possível, no vertiginoso ambiente digital de hoje – significará mais sabedoria? E o que deverá ser, afinal, a sabedoria, a sapiência, a ilustração, a educação, em suma? Não há que ter uma atitude “ludita” e preconizar a dispensabilidade do computador e da *net*. Da mesma maneira que a globalização económica dos mercados arrancou milhões à pobreza, também a revolução informativa e a democratização da escola arrancaram milhões ao analfabetismo e à ignorância. Não é o progresso que aqui se discute, mas as condições em que, na senda evolutiva do progresso, é possível fazer diferente, para reconduzir o ato de ensinar a algo qualitativamente melhor.

O debate moderno sobre o ensino e a escola, sobre as pedagogias a usar e sobre os objetivos a alcançar, tem quase três séculos, se o situarmos apenas a partir do Iluminismo setecentista. Do otimismo das Luzes ficaram aliás dois motes importantes: o “*sapere aude*” racional, ou seja, a convicção de que conhecer está ao alcance do homem e é o destino natural da espécie, e a crença de que o erro não provém da má-fé ou do vício, mas da ignorância. Sabendo, não se erra, e por isso o saber é uma forma excepcional de maturação pessoal, de emancipação e de libertação da “barbárie”, ou do “estado primitivo” natural de que todos provimos, quanto ainda não sabíamos nada. Do

século XVIII para cá, nenhum pedagogo, filósofo, político, economista, sociólogo ou intelectual duvidou que a educação era a grande e primacial questão da vida pública contemporânea. Sucederam-se os discursos, os projetos, as reformas e as experiências. Consoante os momentos e os regimes (em Portugal e não só), imperaram as velhas escolas, que não formavam cidadãos, apenas reproduzindo elites autómatas e dando primeiras letras rudimentares ao povo, ou as novas pedagogias, que antepõem as competências aos conhecimentos, e um certo igualitarismo lúdico e facilitista ao rigor do trabalho e da exigência. Na atualidade, lamenta-se que os jovens, solicitados por mil e uma coisas que não existiam até há uma ou duas gerações, saibam objetivamente menos e pior (com menos raciocínio e conhecimento), na perspetiva de uma formação humanista e cívica integral, mesmo que sejam competentíssimos em nichos de novas tecnologias; e insiste-se que a escola é o grande espaço (para muitos, infelizmente, o único espaço) onde se pode e deve aprender o valor do trabalho, do estudo, da autodisciplina e da autoexigência, epistemológica e ética.

Muitos fatores conspiram hoje contra a nobre tarefa da educação. Os poderes políticos, as modas pedagógicas, as narrativas sociais e os apertos económicos burocratizaram e instabilizaram o ensino, reduzindo as escolas a locais onde já não se aprende verdadeiramente. Sobre isto, uma sociedade mercantilizada,

relativista e imediatista, desvalorizando o cultivo do conhecimento, atua como dissolvente deste, da curiosidade intelectual e da autorrealização através da aprendizagem. Se os Estados e os políticos quisessem ter o seu papel na misericórdia proposta pelo Papa Francisco deveriam ser os primeiros agentes de uma reforma global da educação que, no plano social e simbólico, promovesse a escola como local de eleição e oportunidade única de aquisição de conhecimentos, de maturação intelectual e de aprendizagem da cidadania. Sair da ignorância sempre implicou tudo isto, e não somente dominar as primeiras letras ou, hoje, dominar o *Google*. Como os pedagogos da Inglaterra vitoriana costumavam dizer, a verdadeira educação deveria proporcionar três coisas: “*moral principles*”, “*gentlemanly conduct*” e “*intellectual ability*”. E aos que acham que a aposta em mais ensino e mais educação é um investimento demasiado caro, devemos lembrar que a ignorância, individual e coletiva, constitui sem dúvida uma fatura bem mais onerosa.

George Bernard Shaw escreveu um dia: “*He who can, does; he who cannot, teaches*”. É uma frase demasiado cáustica e injusta, porque ensinar aqueles que são mais ignorantes, ou menos sabedores do que nós, não é uma atividade de refúgio para incompetentes ou frustrados – é uma das mais nobres tarefas do ser humano, uma das que requerem mais competências de toda a espécie, uma das que mais materializam a ideia da vocação, da entrega ou, nos termos de Santo Agostinho, da “paixão” e do “amor”, por levar ao outro a dádiva do conhecimento libertador. É pois justíssimo, e precisa de ser hoje salientado, que ensinar é uma extraordinária obra de misericórdia – no exato sentido em que o Papa Francisco a quer agora promover.

O que faz um professor quando ensina – na escola primária, na escola secundária ou na universidade? Transmite informação que colheu e que julga relevante numa determinada matéria? Sem dúvida. Mas isso é apenas a base da história, e uma base que, quanto mais velhos os alunos e mais elevado o grau de ensino, está hoje ao alcance de qualquer um, em qualquer computador. É neste sentido que podemos dizer (ou criticar) que a educação na era da informática multiplicou populações capazes de lerem, mas incapazes de discernirem (o que é mais do que escolherem por impulso ou moda) aquilo que vale a pena ler... Onde o ensino começa a ser uma tarefa especialmente importante – *humanamente* importante, convém sublinhar – é quando ele se torna educação *integral* do outro. Nenhum professor acompanha um aluno durante muito tempo; mas, enquanto o acompanha, só o ensinará se com ele conseguir construir uma relação, que é pessoal, sem ser igualitária. No fundo, as coisas são tão simples quanto, por vezes, difíceis: os melhores mestres são os que se interessam pelos seus alunos, os que os chegam a conhecer, para saberem que tipo de personalidade em trânsito da ignorância para a sabedoria vai receber os conhecimentos



SANTA ANA ENSINANDO A VIRGEM A LER – Grupo escultórico da autoria de Machado de Castro (de 1784), no Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa.

que lhe são transmitidos – e não só transmitidos, mas sobretudo sugeridos, entrevistados, revelados, apontados. Ensinar alguém não é só instruir esse outro: é dialogar, é seduzir, é cuidar, é criar procura, curiosidade, rotina e trabalho; é descobrir e incentivar vocações; é guiar e orientar, mas também gerar autonomia e permitir que o outro seja autor e ator da sua própria aprendizagem, encarando-a como uma página importante da sua própria e futura vida. O bom aluno eleva-se, platonicamente, pelo conhecimento; desejando saber e ousando saber, situa-se, emancipa-se, liberta-se – da insegurança, da ignorância, de uma certa rudimentaridade que é natural às idades mais jovens – e aprende a ver o mundo, com valores, com regras, com consciência, com civismo, antecipando o momento e as formas em que o poderá servir, para também cuidar da casa comum que é de todos. Se cultivadas, todas estas dimensões fariam da escola

e da atividade que nelas se desenrola um palco de humanidade e de humanismo, de liberdade e, portanto, de responsabilidade. Ensinar quem sabe menos não é apenas encher alguém de coisas novas: é conferir-lhe a capacidade de racionalizar o que recebe, porque só tem verdadeira liberdade quem pensa livremente, e só pensa livremente quem consegue discernir, relacionar, refletir criticamente e levar para a vida o que aprendeu de conhecimentos e capacidades. E finalmente, se tudo isto acontecer (ou quando tudo isto acontece), talvez reconhecemos que a educação é o caminho para (alguma) felicidade.

A misericórdia cristã é sempre um deslocamento de si, ou um deslocamento para fora de si, um descentramento altruísta que radicalmente declara interessar-se por um outro. É sempre mais fácil ignorar do que reparar, desistir do que persistir, fugir do que encontrar, cuidar de nós do que cuidar de outros. Nos primórdios do século XXI, é deste radical humanismo que as sociedades utilitárias, fragmentadas e velozes mais precisam. A escola ocupa um lugar único e indispensável na vida, na educação, na promoção individual e social de cada um, e no progresso e no futuro de todos – e por isso o abandono escolar é na essên-

cia um autoabandono. E sempre que o politicamente correto afirma que já não há “ignorantes”, os indicadores internacionais do desenvolvimento voltam a lembrar que persiste, em muitas partes do mundo e mesmo nos mundos mais avançados, um ciclo vicioso entre pobreza, exclusão social, ignorância, anomia cívica e subdesenvolvimento. Cuidar da escola, do ensino, da educação, nos seus mais diversos níveis, públicos e campos do conhecimento, precisa de ser uma tarefa de todos. E é, para os que nela acreditam, um enorme ato de misericórdia – não a de quem cuida por pena, de quem palia misérias alheias ou esmola alguma coisa; mas a de quem, ajudando a fazer crescer outros, os traz (mais) para a luz e para o que dessa luz nos mais novos pode irradiar. Ensinar, em suma, é descobrir e descobrir-se; é uma obra em que damos e recebemos; é um diálogo profícuo, empático e mutuamente beneficiante para todas as partes, bem conforme à misericórdia a que o Papa Francisco (nos) apela, e que ele define como nada mais do que “a lei fundamental que mora no coração de cada pessoa, quando vê com olhos sinceros o irmão que encontra no caminho da vida” (*Misericordiae Vultus*, n.º 2). ■



“Felizes os Misericordiosos porque alcançarão a Misericórdia”



“Mando-te que abras a mão ao teu irmão carecido e pobre”
Igreja da Misericórdia de Viana do Castelo.

TRÊS PERGUNTAS DE ALGIBEIRA SOBRE A MISERICÓRDIA NA JUSTIÇA

Responde: *Germano Marques da Silva*

1) *Haverá algum traço de “misericórdia” na expressão (e na atitude) in dubio pro reo? O mesmo se pergunta para o instituto do habeas corpus.*

O Direito não se confunde com a Justiça, mas aspira a ser justo; também o Direito e a Justiça são distintos da Misericórdia, mas pressupõe-na sempre. A Misericórdia é uma virtude, a virtude do perdão, mas perdoar não é esquecer, não é tolerar, não é aceitar a maldade ou ilicitude do ato mau; tem por destinatário o agente e não o ato. A Misericórdia pressupõe o combate do torto, mas é da sua essência a bondade, a compreensão do malfeitor, compreensão e aceitação que afastam o ódio, mesmo se o seu ato não merece perdão: trata-se de amar o nosso inimigo, se se pode, ou de o perdoar, se não se pode.

Dura lex sed lex, mas também *sed injuria* porque a lei geral e abstrata, como lhe convém, pode ser iníqua ao desprezar circunstâncias particulares do ato reprovado, tornando injusta a solução dada ao caso. A Misericórdia é justiça, mas é também benevolência, bondade, caridade e perdão; é a compreensão das fraquezas humanas que convida à indulgência porque afasta o sentimento de raiva, o ressentimento, o desejo de vingança. O Direito pode ser vingativo (*dura lex*), é retributivo: ao mal da ofensa responde com o mal do castigo. A Misericórdia não: é caritativa, é piedosa e por isso não é um direito, é uma virtude que convém principalmente à vítima da ofensa. A misericórdia é perdão, mas não é laxismo; perdoa quando castiga, mas não tolera a vingança nem o ressentimento.

O direito, sobretudo o sancionatório, é repressão, é retribuição, mas se imbuído de misericórdia é na feitura das leis e na sua aplicação essencialmente preventivo: castiga para prevenir e integrar, não castiga para vingar, para compensar a ofensa. Legislador e juiz, sabedores da

suscetibilidade dos homens para cederem às tentações, devem legislar para combater as causas das condutas contra as normas e aplicar a lei avaliando cuidadosamente a culpa do transgressor; devem legislar e aplicar a lei com prudência e pressupor que todo o mal tem uma causa da qual o infrator é muitas vezes vítima também. Talião pode ser lei, mas não é Misericórdia.

O arguido deve presumir-se inocente porque se a apetência do mal faz também parte da condição imperfeita do homem, devemos confiar na sua dignidade e acreditar que a maldade é a exceção e não a regra do proceder humano. Ninguém se deve presumir culpado até que a sua culpa seja provada. *In dubio pro reo?* É uma regra da lógica jurídica no domínio da prova; antes de provada a culpa impõe-se que o suspeito seja tratado como presumido inocente, mas é também uma manifestação de fé na dignidade da pessoa humana: todos são dignos. É uma manifestação da misericórdia? É também. É ato de misericórdia enquanto exige prudência do juiz para evitar juízos apriorísticos de culpa; é ato de misericórdia enquanto exige do juiz que reprove o ato provado, mas trate o delinquente como possível inocente e com a humanidade que é devida a todo o perseguido. Quem legisla e quem julga antes de legislar ou condenar deve sempre imaginar-se no lugar do outro e interrogar-se se a culpa do ato é só do delinquente; deve ter sempre presente que não há mal maior do que a condenação de um inocente. Culpados em liberdade há muitos e a sociedade tolera-os; inocentes condenados, também os há por causas várias, algumas vezes por culpa dos próprios julgadores, mas a condenação do inocente é moral, jurídica e socialmente insuportável.

Como o *in dubio pro reo* também o *habeas corpus* é um instituto jurídico de garantia; aquele quanto ao juízo sobre a prova, exigindo prudência das autoridades que aplicam as leis, a exigir a prova da culpa do suspeito, este uma

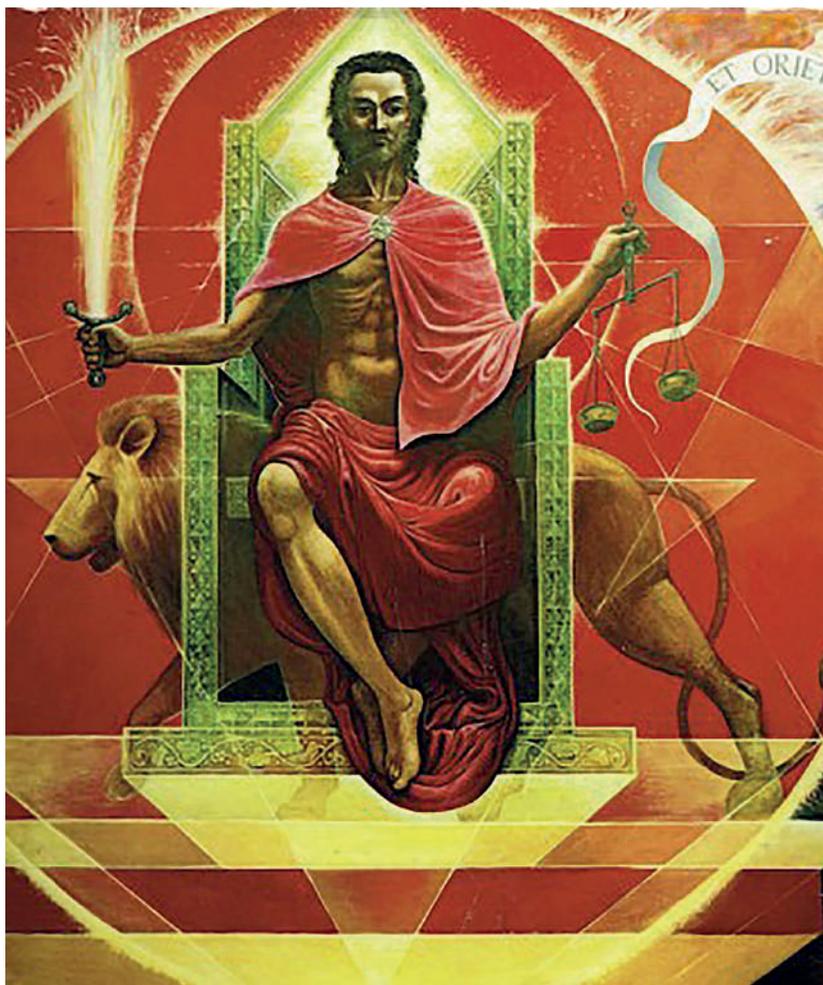
garantia de liberdade contra os abusos do poder a exigir rigor e prudência nos atos de privação da liberdade. Misericórdia é também sinónimo de prudência no exercício do poder.

2) *Que parentesco ou diferenças existem entre indultos e indulgências?*

O indulto é instituto jurídico que consiste no perdão individual da pena, extinguindo a parte não executada. Tem natureza política e por fundamento a carência de remédios jurídicos idóneos à individualização da execução de uma determinada pena, tendo em conta nomeadamente as exigências pessoais e familiares do condenado, insuscetíveis de predeterminação legislativa ou a correção da severidade da pena injusta ou desnecessária. Não apaga o crime, perdoa a pena; é um remédio. É próximo da indulgência mas não se confunde: a indulgência é também perdão da pena pelo mal feito mas pressupõe que o culpado tenha sido já perdoado através da misericórdia.

3) *Em tempos idos chamava-se “misericórdia” ao punhal com que um cavaleiro matava um adversário derrubado, a menos que este pedisse clemência. Nas execuções usava-se o “golpe de misericórdia” em prol do supliciado. A expressão generalizou-se para significar “pôr um fim definitivo”. Que “misericórdia” lhe parece esta? (À luz da Justiça e não só.)*

O “golpe de misericórdia” é componente da Justiça? Dar o golpe de misericórdia significa pôr termo definitivo ao sofrimento. É um ato de compaixão motivado pelo sofrimento alheio, daquele que sofre sem esperança de salvação física. O ato praticado pode ser mau, ilícito, proibido, mas a motivação, a compaixão que é sentimento mas também é virtude, atenua a culpa daquele que o pratica. O Direito tem em conta a motivação dos atos



Representação cristológica da Justiça no painel central do Tríptico de Lima de Freitas, para a Sala de Audiências do Palácio da Justiça da Lousã (1983).

humanos e a compaixão, o ato praticado “por misericórdia”, é sempre atendível no juízo de culpa que constitui limite da punição. É assim em qualquer crime de ofensas praticadas por compaixão.

Misericórdia e Justiça? A Justiça tem a pretensão de dar a cada um aquilo que lhe pertence: o prémio a quem merece o prémio, o castigo a quem merece o castigo. Questão mais difícil é determinar em cada caso quem merece o prémio e o castigo. A Misericórdia é amor, perdoa; não apaga o mal do ato humano, mas perdoa o seu agente, não obstante ser merecedor de castigo. Condena o ato, perdoa o homem, sem deixar de combater os seus atos, mas combate-os sem ódio, sem rancor, na esperança da sua futura realização conforme à sua dignidade humana. A Justiça castiga quem o merece, porque só o ofendido pode perdoar, mas ao castigar deve fazê-lo com misericórdia para repudiando o mal do facto, reintegrar o seu agente na sua humanidade. ■

OUTRAS MISERICÓRDIAS

MISERICÓRDIA, adaga ou punhal de lâmina triangular, capaz de perfurar armaduras, usados numa contenda para matar o cavaleiro derrubado ou o adversário atingido e dominado, caso se recusassem a implorar misericórdia (sécs. XII a XIV).

Nos jogos da Roma Antiga, nas lutas entre gladiadores, usava-se o “golpe de misericórdia” para os vencidos, decidido pelo público, pelo imperador ou pela autoridade presente, com o gesto, que ficou na tradição, do polegar da mão direita fechada virado para baixo.



Cantil romano com uma cena de luta entre gladiadores, figurando o golpe de misericórdia.

MISERICÓRDIA, pequena prateleira em forma de mísula, aposta sob o assento móvel dos cadeirais do coro em igrejas e mosteiros que, quando este estivesse levantado, permitia, *per misericordiam*, aos clérigos ou frades enfraquecidos pela idade ou pela doença, apoiarem-se durante os longos ofícios ou vigílias, dando a impressão de estarem de pé.

Estas “misericórdias” são habitualmente decoradas, nos séculos XV e XVI, com pequenas obras-primas em talha, representando figuras grotescas, motivos florais ou animais, pequenas cenas bíblicas ou alusivas a quotidianos e misteres, sendo por vezes também ilustrativas de ditados, frases ou cenas jocosas, por vezes de um gosto algo desbragado.

Nos séculos posteriores, estas peças foram-se estilizando e, de certa forma, padronizando, perdendo com isso a originalidade.



Misericórdia do cadeiral do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra com trabalho em relevo figurando o dito “Está o caldo entornado”.



Misericórdia do cadeiral da Sé do Funchal representando um burro recitando os salmos.

JÚLIA DIAS FERREIRA,

In Memoriam

Luisa Leal de Faria

Na madrugada do dia 27 de Maio de 2016 faleceu a Professora Júlia Dias Ferreira, depois de anos de um sofrimento físico inimaginável, que sempre suportou com uma coragem e dignidade sem par. Fica, na memória de todos quantos tiveram o privilégio de a conhecer, como uma referência de alegria na adversidade, de quem se habituou a fazer das fraquezas físicas forças éticas e morais, no desenvolvimento de uma vida sempre atenta aos outros: à família, desde logo, à Faculdade de Letras e ao Departamento de Estudos Anglísticos também. Sempre ao lado do seu marido, o Professor João de Almeida Flor, deixou na Faculdade e no Departamento, um legado inesquecível, tanto no plano do seu envolvimento nas estruturas de governo, como no plano das suas disciplinas predilectas. Foi professora de muitas disciplinas diferentes porque, com a generosidade que era própria, entendia que não podia recusar serviço académico, mas as áreas de especialidade em que mais se distinguiu foram a Linguística Inglesa e a Literatura Medieval Inglesa.

Quando o Departamento de Estudos Anglísticos a homenageou, em 2007, dedicou-lhe uma colectânea de estudos intitulada *And gladly wolde (s)he lerne and gladly teche*, adaptando no feminino um verso de Chaucer no Prólogo Geral aos *Contos de Cantuária*. E também remetendo a Chaucer, agora ao “Conto do Cavaleiro”, os organizadores da colectânea recordaram as seguintes palavras, para a caracterizar:

Thanne is it wysdom, as it thynketh me,
To maken vertu of necessitee,
And take it weel, that we may nat eschue;
And namely, that to us alle is due.

Ao seu marido, João de Almeida Flor, à sua irmã, Manuela Ferreira Leite, aos seus filhos Ana Margarida e Pedro, aos seus netos, a Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa apresenta as mais sinceras condolências.

NOTÍCIAS DA SCUCP

para o *Lumen Veritatis*

A SCUCP colaborou em diversas iniciativas, no quadro da sua missão de intervenção e participação em debates alargados, sobre temas da atualidade:

- Colaborou, com a Reitoria da UCP e com a Comunidade de Santo Egídio, na organização da conferência do Prof. Andrea Riccardi (fundador da Comunidade de Santo Egídio) sob o tema “Periferias. Crise e novidade para a Igreja no Pontificado do Papa Francisco”, presidida pelo Magno Chanceler, D. Manuel Clemente, que teve lugar na UCP no passado dia 17 de maio.
- Associou-se à divulgação da conferência organizada pelo IEP (Instituto de Estudos Políticos da UCP) sobre o tema “Migrações, inclusão: que soluções para a Europa?”, com o Primeiro Vice-Presidente da Comissão Europeia, Frans Timmermans, que teve lugar no dia 19 de maio, na UCP.
- Esteve representada na sessão de apresentação pública do livro *Catolicismo em Portugal: crónicas de Susan Lowndes Marques, correspondente britânica (1948-1992)*, organizado por Ana Vicente. A sessão, de iniciativa do Centro de Estudos de História Religiosa, teve lugar na UCP, no dia 19 de maio.
- Associou-se à divulgação da campanha da Fundação AIS (Ajuda à Igreja que Sofre), onde foram dados a conhecer os respetivos objetivos no contexto do Ano da Misericórdia, e onde foi divulgada uma mensagem do Papa Francisco: *O ano da Misericórdia*. A sessão teve lugar no dia 17 de junho, na UCP.
- Associou-se, ainda, à divulgação da conferência, de iniciativa da Reitoria, proferida por Sua Eminência Reverendíssima o Cardeal Seán Patrick O’Malley, Arcebispo de Boston, com o título “A missão do Papa Francisco e os desafios da Igreja no presente”, que teve lugar no dia 28 de junho. A sessão, presidida pelo Magno Chanceler da Universidade Católica, D. Manuel Clemente, contou com a presença de

Sua Excelência o Presidente da República, Professor Marcelo Rebelo de Sousa (membro da SCUCP), que na ocasião, condecorou o Cardeal O’Malley com a Grã-Cruz da Ordem Infante D. Henrique. Transcreve-se a notícia difundida no *site* da Presidência da República, no dia 28 de junho:

Presidente da República condecorou Cardeal Sean Patrick O’Malley

O Presidente Marcelo Rebelo de Sousa agraciou, com a Grã-cruz da Ordem Infante D. Henrique, o Cardeal Sean Patrick O’Malley, Arcebispo de Boston, por serviços prestados a diversas comunidades portuguesas nos Estados Unidos da América.

A cerimónia teve lugar na Universidade Católica Portuguesa, onde decorre a conferência “A missão do Papa Francisco e os desafios à Igreja no presente”, associado assim “o mérito do agraciado a uma Universidade que tem desempenhado um papel essencial do quadro da sociedade e da cultura portuguesa”.

“A Direção da SCUCP recebeu um número muito significativo de contributos para a criação de um lema. Agradecemos a todos os membros da Sociedade que nos deram tantas e tão excelentes ideias. A escolha tornou-se, pois, difícil, e o processo de reflexão sobre a melhor maneira de proceder para selecionar aquele que melhor refletirá o “espírito” da SCUP ainda não está encerrado. Contamos, no entanto, dar notícia sobre este assunto por alturas do regresso às atividades académicas, no início do próximo ano lectivo.”



ARTE NA UCP

“A POMBA DA PAZ”

Arte Urbana no *Campus*

No âmbito da Semana Cultural da Universidade Católica, este ano dedicada à ecologia na linha do desafio do Papa Francisco, convidamos o artista plástico Bordalo II a intervir no Campus da Sede, em Lisboa. O trabalho de Bordalo II é peculiar, pois é todo baseado na reciclagem de materiais atirados para sucatas e lixeiras. A sua obra dá

assim vida ao que deitamos fora, mostrando que a reciclagem torna o mundo não só mais sustentável, mas também mais belo. O resultado deste convite é esta grande pomba de plástico e ferro que veio pousar no Campus, e que certamente não deixará de inspirar-nos.



Propriedade

Universidade Católica Portuguesa – Sociedade Científica
Palma de Cima – 1649-023 Lisboa
Tel.: 35 21 721 40 00 • Fax: 351 21 726 05 46
scientific@lisboa.ucp.pt • www.scucp.ucp.pt

Diretora Maria Lúcia Garcia Marques

Revisão Paula Gonçalves

Paginação e Impressão Sersilito-Empresa Gráfica, Lda.

Isenta de Registo na ERC ao Abrigo do Dec. 8/99

As imagens desta publicação são disponibilizadas ao abrigo do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, Lei n.º 82/2013 de 6 de dezembro, art. 75.º, n.º 2, alínea e.